



Número: **0006467-60.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **05/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MARIA DE LOURDES BARROS CAVALCANTI (AUTOR)	MARIA APARECIDA PIMENTEL DA SILVA (ADVOGADO) BIANCA PIMENTEL DE MIRANDA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
57465741	05/02/2020 15:21	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
57465748	05/02/2020 15:21	<a href="#">AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - MARIA DE LOURDES BARROS CAVALCANTI</a>	Petição em PDF
57465770	05/02/2020 15:21	<a href="#">Documento de identificação - Maria de Lourdes</a>	Documento de Identificação
57465773	05/02/2020 15:21	<a href="#">Comprovante de residência - Maria de Lourdes</a>	Documento de Identificação
57467232	05/02/2020 15:21	<a href="#">Declaração de hipossuficiência</a>	Documento de Identificação
57467269	05/02/2020 15:21	<a href="#">Declaração - cirurgia de emergência</a>	Documento de Comprovação
57467267	05/02/2020 15:21	<a href="#">Atendimento inicial - Urgência</a>	Documento de Comprovação
57467272	05/02/2020 15:21	<a href="#">Declaração - Hospital - Acidente de trânsito</a>	Documento de Comprovação
57467274	05/02/2020 15:21	<a href="#">Descrição Cirúrgica - 01</a>	Documento de Comprovação
57467276	05/02/2020 15:21	<a href="#">Descrição Cirúrgica - 02</a>	Documento de Comprovação
57467277	05/02/2020 15:21	<a href="#">Evolução Farmacêutica - 01</a>	Documento de Comprovação
57467278	05/02/2020 15:21	<a href="#">Evolução Farmacêutica - 02</a>	Documento de Comprovação
57467279	05/02/2020 15:21	<a href="#">Evolução Farmacêutica - 03</a>	Documento de Comprovação
57467280	05/02/2020 15:21	<a href="#">Evolução Médica - 01</a>	Documento de Comprovação
57467281	05/02/2020 15:21	<a href="#">Evolução Médica - 02</a>	Documento de Comprovação
57468032	05/02/2020 15:21	<a href="#">Evolução Médica - 03</a>	Documento de Comprovação
57468033	05/02/2020 15:21	<a href="#">Evolução Médica - 04</a>	Documento de Comprovação
57468034	05/02/2020 15:21	<a href="#">Evolução Médica - 05</a>	Documento de Comprovação
57468035	05/02/2020 15:21	<a href="#">Evolução Médica - 06</a>	Documento de Comprovação

57468 037	05/02/2020 15:21	<a href="#">Ocorrências - Enfermagem 01</a>	Documento de Comprovação
57468 038	05/02/2020 15:21	<a href="#">Ocorrências - Enfermagem 02</a>	Documento de Comprovação
57468 039	05/02/2020 15:21	<a href="#">Procedimentos - Enfermagem</a>	Documento de Comprovação
57468 042	05/02/2020 15:21	<a href="#">Ficha Clínica</a>	Documento de Comprovação
57468 044	05/02/2020 15:21	<a href="#">Plano terapeutico pós alta</a>	Documento de Comprovação
57468 049	05/02/2020 15:21	<a href="#">Prescrições Médicas - 01</a>	Documento de Comprovação
57468 052	05/02/2020 15:21	<a href="#">Prescrições Médicas - 02</a>	Documento de Comprovação
57468 056	05/02/2020 15:21	<a href="#">Sumário de Alta</a>	Documento de Comprovação
57468 060	05/02/2020 15:21	<a href="#">Requisição de perícia Traumatológica</a>	Documento de Comprovação
57468 064	05/02/2020 15:21	<a href="#">Receitas</a>	Documento de Comprovação
57468 067	05/02/2020 15:21	<a href="#">Diagnóstico - Ortopedista</a>	Documento de Comprovação
57468 065	05/02/2020 15:21	<a href="#">Recibo - instrumentação de Cirurgia</a>	Documento de Comprovação
57468 071	05/02/2020 15:21	<a href="#">Comprovantes - farmácia</a>	Documento de Comprovação
57468 073	05/02/2020 15:21	<a href="#">B.O</a>	Documento de Comprovação
57468 075	05/02/2020 15:21	<a href="#">Declaração - Incapacidade</a>	Documento de Comprovação
57468 076	05/02/2020 15:21	<a href="#">Doc - Declaração Médica - Situação atual</a>	Documento de Comprovação
57468 080	05/02/2020 15:21	<a href="#">Receituário - Controle especial</a>	Documento de Comprovação
57469 137	05/02/2020 15:21	<a href="#">Laudo - Deformidade - Perna Direita - M<sup>a</sup> Lourdes</a>	Documento de Comprovação
57469 141	05/02/2020 15:21	<a href="#">Exame - Resultado</a>	Documento de Comprovação
57469 143	05/02/2020 15:21	<a href="#">Laudo Médico - 22 de outubro de 2019</a>	Documento de Comprovação
57477 286	05/02/2020 16:39	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
57605 442	07/02/2020 13:30	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
57840 560	12/02/2020 12:32	<a href="#">Outros (Documento)</a>	Outros (Documento)
57840 562	12/02/2020 12:32	<a href="#">Procuração - Maria de Lourdes</a>	Procuração
57840 561	12/02/2020 12:32	<a href="#">Comprovante - Pensão</a>	Documento de Comprovação
62226 087	20/05/2020 21:16	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
62665 811	28/05/2020 17:19	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
62949 735	03/06/2020 15:56	<a href="#">Juntada de documentos</a>	Outros (Petição)
62949 767	03/06/2020 15:56	<a href="#">Comprovante Custas</a>	Documento de Comprovação
63009 667	04/06/2020 14:22	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
69635 671	16/10/2020 14:54	<a href="#">Outros (Petição)</a>	Outros (Petição)
69843 305	21/10/2020 15:01	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

Petição e demais documentos em anexo.



MM. JUÍZO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE

**MARIA DE LOURDES BARROS CAVALCANTI**, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o nº 078.333.344-72, portadora do RG sob o nº 857.018, residente e domiciliada à Av. Engenheiro Domingos Ferreira, nº 3856, apto. 1002, Boa Viagem – Recife/PE, CEP 51021-040, vem, através de suas advogadas, conforme procuração anexa, com fulcro na Lei nº 6.194 de 1974, perante vossa excelência, ajuizar

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

Em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

---

Endereço Profissional: Rua Bom Pastor, nº 24, sala 202, Iputinga – Recife/PE, CEP: 50670260 – biancapimentelmadv@gmail.com – Contato: 9.9675-1280



**DO DESINTERESSE EM CONCILIAR**

A autora manifesta desinteresse na realização de audiência de conciliação ou de mediação, conforme determina o art. 319, VII, do Código de Processo Civil.

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

Pleiteia a autora, a concessão da justiça gratuita nos moldes do art. 5º da CF - inciso LXXIV e art. 98 da Lei 13.105/2015 (NCPC), haja vista declarar insuficiência de recursos para pagar as custas e despesas processuais.

**Art. 5º - Inciso LXXIV** - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

**Art. 98 do NCPC (Lei 13.105/2015)** - A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Ante o exposto, que seja concedida a justiça gratuita, como forma de garantir o direito da demandante ao acesso à justiça.

**DOS FATOS**

Narra a autora que sofreu um acidente de trânsito no dia 03/12/2018, na Av. Recife, imediações da entrada de Jardim São Paulo, quando atravessando a avenida para pegar o ônibus, foi atropelada por uma moto.

O motorista não lhe prestou socorro deixando-a no asfalto, momento em que algumas pessoas que presenciaram o acidente lhe ajudaram chamando o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, que a encaminhou para o Hospital Unimed III.

Após ser atendido, ficou constatado que a autora havia sido vítima de atropelamento, apresentando trauma no punho, na bacia e na coxa esquerda e dores no ombro e em terço médio do fêmur, conforme documento anexo.

Em consequência do acidente, a autora se submeteu a 02 (duas) cirurgias, uma no braço esquerdo (punho) e outra na perna esquerda (fêmur), resultando em sequelas

---

Endereço Profissional: Rua Bom Pastor, nº 24, sala 202, Iputinga – Recife/PE, CEP: 50670260 – biancapimentelmadv@gmail.com – Contato: 9.9675-1280



irreparáveis à vítima, com acentuadas limitações físicas, de forma que impossibilitou a demandante em dar continuidade às suas atividades laborais.

Desde o dia do acidente até a presente data, a autora se submete a tratamentos fisioterápicos, vez que não possui mais forças no pulso, nem possui os mesmos movimentos na perna esquerda.

A demandante trabalhava como revendedora de produtos de beleza, deslocando-se diariamente ao domicílio/trabalho de seus clientes, porém, com as sequelas do acidente, ficou impedida de dar continuidade ao trabalho, visto que não suporta mais o peso dos produtos, nem consegue se locomover de forma efetiva. Ou seja, determinadas atividades que eram comuns no dia a dia da demandante, tornaram-se extremamente difíceis de se executar.

Ante o exposto, resta evidente que a intervenção do Poder judiciário é necessária para a garantia do direito da autora em receber a indenização de faz jus.

#### **DO DIREITO**

#### **DO DPVAT E O DEVER DE INDENIZAR**

Trata-se de um seguro obrigatório regulado pela Lei nº 6.194 de 1974, criado com o propósito de cobrir danos pessoais causados por veículos automotores em pessoas registradas no território nacional.

É sabido, portanto, que toda e qualquer vítima de um acidente causado por um veículo automotor, ou por sua carga, em vias terrestres – do motorista aos passageiros até os pedestres, ou seus beneficiários, no caso de morte do acidentado – têm direito a receber a indenização do DPVAT (Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre).

Toda e qualquer vítima tem direito à indenização.

---

Endereço Profissional: Rua Bom Pastor, nº 24, sala 202, Iputinga – Recife/PE, CEP: 50670260 – biancapimentelmadv@gmail.com – Contato: 9.9675-1280



Por se tratar de um seguro de responsabilidade civil obrigatório, o DPVAT garante o direito de indenização às vítimas de acidentes de trânsito, por morte e invalidez permanente total ou parcial, além do reembolso das despesas médicas e hospitalares.

Esse é o entendimento previsto no art. 3º da Lei nº 6.194 de 1974, senão vejamos:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;  
(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

(grifou-se)

Com base no caso concreto, nota-se que o direito da demandante se manifesta no momento em que foi vítima de um acidente de trânsito, suportando sequelas permanentes que a deixou impossibilitada de trabalhar e se locomover com efetividade.

Até a presente data, a demandante arcou com todos os custos com tratamento, remédio, exames e consultas, não recebendo qualquer valor acerca do seguro obrigatório, seja através de forma administrativa ou de forma judicial.

Comprovado o acidente de trânsito e restando a demandante com lesões que resultaram na sua invalidez parcial permanente, é nítido e evidente o direito à indenização. Ocorre que, a indenização aqui tratada deve ser mensurada por equiparação à integral, pelas razões que serão delineadas a seguir.

As sequelas do acidente resultaram na perda de força no pulso esquerdo e limitação física na perna esquerda, fruto de fratura no colo do fêmur fratura do rádio esquerdo,

---

Endereço Profissional: Rua Bom Pastor, nº 24, sala 202, Iputinga – Recife/PE, CEP: 50670260 – biancapimentelmadv@gmail.com – Contato: 9.9675-1280



dificultando seu movimento e locomoção, impactando diretamente na incapacidade de labor e dificuldades na execução de simples tarefas domésticas.

Ora, douto julgador, o simples fato de não ter havido perda total de determinado membro, não afasta o direito a indenização, visto que a lesão sofrida afeta diretamente diversos aspectos físicos e morais da demandante, de forma que a indenização deve ser equiparada à total.

Em conformidade com o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia, conclui-se, portanto, que o dano causado, possibilita à autora o direito à indenização integral por força de equiparação, senão vejamos:

TJ-RO - Recurso Inominado RI 10033773320118220601 RO 1003377-33.2011.822.0601 (TJ-RO) Jurisprudência • Data de publicação: 22/08/2012  
EMENTA SEGURO DPVAT . COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. ADMISSIBILIDADE. INDENIZAÇÃO. PROPORCIONALIDADE. É admissível nos Juizados Especiais a propositura de ação com vistas ao recebimento de indenização do seguro dpvat desde que a inicial esteja instruída com a devida documentação exigida por lei. O valor da indenização do seguro DPVAT referente a invalidez parcial deve ser fixado conforme a proporcionalidade da lesão, independentemente da data do fato. Apesar de não haver perda completa de determinado membro, a lesão que o afeta em diversos aspectos configura indenização integral por equiparação.

Os laudos médicos evidenciam toda argumentação explanada, de forma que o direito da demandante é nítido e inquestionável, fazendo jus ao recebimento de indenização correspondente ao DPVAT.

Uma vez comprovado o acidente de trânsito e as lesões permanentes causadas à vítima, ora autora, o direito ao recebimento de indenização é evidente, visto que independe de existência de culpa e de resseguro, senão vejamos:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

---

Endereço Profissional: Rua Bom Pastor, nº 24, sala 202, Iputinga – Recife/PE, CEP: 50670260 – biancapimentelmadv@gmail.com – Contato: 9.9675-1280





Ante o exposto, faz-se necessário o devido reconhecimento da lesão da autora como parcial permanente, da mesma forma que se deve reconhecer o direito ao recebimento de indenização integral por força de equiparação, nos termos acima expostos. Caso assim não se entenda, que a indenização seja calculada de forma proporcional ao grau de invalidez da demandante, que se comprova nos documentos anexados ao presente processo.

**DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a V. Ex<sup>a</sup>

- a) Que seja concedida a **Justiça Gratuita**, nos moldes do art. 5º da CF - inciso LXXIV e art. 98 da Lei 13.105/2015 (NCPC);
- b) Requer a **citação** da ré na pessoa do seu representante legal, para querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia;
- c) Que seja a presente ação julgada totalmente **PROCEDENTE**, a fim de condenar a ré ao pagamento de indenização integral referente ao seguro DPVAT por invalidez, no valor de R\$ 13.500,00. Caso assim não se entenda, que a indenização seja calculada de forma proporcional ao grau de invalidez.
- d) Que seja a ré condenada ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios, cujo percentual deve ser arbitrado por Vossa Excelência;
- e) Requer a **produção de prova** em direito admitidas, em especial, a prova documental e testemunhal.

**Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Recife, 06 de fevereiro de 2020.

**Bianca Pimentel de Miranda**  
**OAB/PE 47.859**  
**Maria Aparecida Pimentel da Silva**  
**OAB/PE 40542**

